

Nota de apresentação

Manuela Ivone Cunha

Esta coletânea interdisciplinar reúne autores de várias áreas do saber que se cruzam nos estudos sociais do crime e da justiça.¹ Se há muito estes autores colaboram entre si de várias maneiras nos respetivos trabalhos, mesmo que as linguagens conceptuais sejam diversas, é porque têm como denominadores comuns, entre outras afinidades, dois adquiridos elementares, dois fundamentos clássicos que continuam a reconhecer como válidos. O primeiro mostrou ser redutor analisar o crime apenas como o resultado de um defeito individual ou de uma conduta amoral. Ele é, também, um facto social. Quem transgride a lei vive, como qualquer indivíduo, em mundos sociais que condicionam a sua existência de muitas maneiras. Não só na medida em que as possibilidades para o acatamento das leis variam consoante esses mundos — tal como nalgumas situações essa observância exige dos indivíduos muito mais esforço e resistência do que noutras —, como ainda na medida em que eles moldam com as suas lentes aquilo a que cada um dá valor ou se entende como normal.

O segundo adquirido basilar diz respeito às leis — a própria matéria acatada ou transgredida. Da mesma maneira que os indivíduos não existem separados dos seus mundos sociais, tão-pouco as leis existem no vácuo, mas ganham forma e existência concreta através das práticas que as implementam e aplicam. Sendo humanas, as leis são também elas, inevitavelmente, constituídas por processos sociais e culturais. É pois com esta dupla bússola que os 11 capítulos deste volume percorrem, cada um a seu modo, questões contemporâneas do crime, do castigo e dos meios por detrás de ambos.

Percorrem, todavia, essas questões com o propósito científico-pedagógico particular que orientou esta coletânea e desafiou os seus autores a uma mesma tentativa dentro dos respetivos domínios de especialidade: a de fazer um ponto da situação quanto ao estado do conhecimento sobre um tema específico, a identificação das linhas de força de uma discussão ou o balanço dos principais debates em

1 São devidos agradecimentos à Universidade do Minho, e em particular ao Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade, pelo patrocínio proporcionado a esta publicação.

torno de uma questão emergente. As regras do jogo distinguiram este volume quer de um manual — um género orientado para outros fins e em que existe já oferta de qualidade —, quer de uma coletânea de textos centrados na investigação dos respectivos autores. A investigação de cada um/a foi aqui convocada a outro título: seja o de fornecer um ponto de vista para uma revisão crítica da literatura científica existente sobre um dado tópico, ou situar o ponto de partida para um diálogo com essa literatura, seja o de suscitar uma discussão nos moldes propostos pelo/a autor/a, pois que coube a cada um/a formular a respetiva questão nos termos que considerasse pertinentes e relevantes. Quis-se propor uma visão de conjunto avançada sobre um leque de matérias específicas, de modo a que diferentes públicos aí pudessem encontrar, se não as balizas suficientes para conhecê-las, pelo menos um mapa para um percurso próprio que queiram desenvolver por si mesmos através de leituras especializadas.

Outra regra do jogo foi a de incluir a realidade portuguesa (a empírica ou a da investigação sobre ela) nessa visão de conjunto, mesmo se em graus ou modalidades variáveis. Demasiadas vezes nos “estados da arte” e nas “revisões da literatura científica” a atenção ao panorama internacional da investigação vê-se enviesada por duas tendências simétricas. Por um lado, a de esquecer que a investigação empírica produzida noutras paragens não se baseia menos do que a nacional em realidades específicas ou localizadas. Não é portanto mais universalizável de antemão ou generalizável por natureza, nem deve, por isso mesmo, ser dispensada de uma atenção que acautele a sua comparabilidade quando convocada para a análise de realidades em coordenadas sócio-históricas diferentes daquelas a que se reporta. Complementar a esta tendência é a de esquecer, por outro lado, que a investigação sobre realidades portuguesas não tem de antemão menos relevância teórica pelo simples facto de incidir sobre estas, nem é menos universalizável nos mesmos termos do que a restante, salvaguardadas as mesmas cautelas.